

MINUTA

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO BAIXO PARANAÍBA – CBHPN3

1 A Ata da 57ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba –
2 CBHPN3 realizada aos 11 dias do mês de março do ano de 2020, às 08h30min na sala de reuniões da AMVAP
3 – Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba, situada na Av. Antônio Thomaz Ferreira
4 Rezende, 3.180 – Distrito Industrial, Uberlândia/MG, com a instalação do quórum exigido no Regimento
5 Interno do CBHPN3. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares: Robson Rodrigues dos Santos –
6 IGAM, Eduardo Siquieroli – PCMG; Ademar Franco Guimarães – EMATER; Elaine Aparecida Santos Oliveira –
7 Prefeitura Municipal de Araporã; Sandro Domingues Parreira - Prefeitura Municipal de Monte Alegre de
8 Minas; Valdo César Ferreira Ramos - Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada; Maria Clara Machado Alessi
9 Ferreira - Prefeitura Municipal de Uberlândia; Maria Eduarda Rodrigues da Cunha Gonçalves – FIEMG; Dênio
10 Drummond Procópio – CEMIG; Carlos Humberto Franco Machado – SAE Ituiutaba; Sérgio Gustavo Resende
11 Leal – FONASC; Gustavo Bernardino Malacco da Silva – ANGÁ; Leila Ferreira de Rezende – AMEDI; Roberto
12 Parente Correia – ARPA/SV; Luiz Henrique Martins – Neoambiente; Marisa Malfer de Moraes – OAB 44ª
13 Subseção; Antônio Giacomini Ribeiro – ABES, e os conselheiros suplentes: Patrício Renato Ferreira – PMMG;
14 Máira Rodrigues da Costa – IEF; Otalino Rodrigues Filho – SES; André Luiz Borges - Prefeitura Municipal de
15 Araporã; Otavio Silva Moreira - Prefeitura Municipal de Ituiutaba; Jose Humberto de Assis - Prefeitura
16 Municipal de Campina Verde; Mauricio Martins Lorena Filho - Prefeitura Municipal de Santa Vitoria; Mauricio
17 Garvil – ACII; Wederson Nunes Cardoso - APRC Piedade; e os convidados: Tatiana Tanaka de Queiroz – Usina
18 BPBUNGE; Wagner Antunes de Oliveira – IGAM; Sergio Salvador Severino – Secretaria de agricultura de
19 Campina Verde. O presidente Gustavo conferiu o quórum e iniciou a reunião, cumprimentando a todos e
20 prosseguiu passando ao Vice presidente Giacomini, a condução da presente reunião. Passando para o item 2
21 da pauta, colocando em regime de votação a Ata da 55ª e 56ª Reunião Ordinária do CBH-PN3, Robson – Igam,
22 solicita alterações na pauta da 55ª Reunião Ordinária, em falas dele, que foram transcritas erroneamente ou
23 atribuídas a ele de forma equivocada. Como não foi identificado o autor das falas, foi colocado “autor não
24 identificado”. Vice-presidente Giacomini, coloca a Pauta para deliberação, e a mesma foi aprovada por
25 unanimidade. A pauta da 56ª Reunião Ordinária, foi apresentada para apreciação e deliberação, e o Presidente
26 Gustavo Malacco, explica que a mesma não foi realizada pois não houve a instalação do quórum exigido pelo
27 Regimento Interno do CBHPN3, impossibilitando a realização da mesma. Conselheiro Roberto Parente,
28 questiona se quando não é instalada uma plenária por falta de quórum, se a falta de um conselheiro e
29 computada. Robson, explica que sim, a frequência e informada para IGAM, e a falta computada. Giacomini,
30 concorda que as faltas devem ser computadas, já que é uma falta de consideração com os outros conselheiros
31 que se dispuseram a comparecer a reunião. Leila – AMEDI, questiona se uma justificativa abona a falta do
32 titular, em uma reunião ordinária. Já que o titular não poderá comparecer à reunião e acontecer do suplente
33 também não, o que poderia ser feito. Giacomini, esclarece que justificativa de não comparecimento a uma
34 Reunião, não abona faltas, tanto para o titular como para o suplente. Conselheiro Mauricio Garvil, relata que
35 a secretaria já realiza uma verificação de quórum, através de contato por e-mail, telefone e mensagem. Se não
36 houver a confirmação de quórum, não justificaria a convocação de reunião aos conselheiros. Giacomini,
37 sugere que seja padronizado que todos os conselheiros, caso não possam comparecer à reunião, que
38 comuniquem com o prazo mínimo de 48 horas. E se não for instalado quórum “virtual”, a reunião será
39 desmarcada e agendada para uma próxima data mais oportuna. Mauricio, argumenta que prazo de 24 horas
40 já bastaria para o conselheiro, comunica-se o não comparecimento, caso houve-se um imprevisto pessoal.
41 Giacomini, sugere que este assunto pode ser pautado na próxima reunião ordinária. Giacomini dá as boas-
42 vindas aos novos conselheiros, da PMMG, PCMG, COPASA, FONASC, ANGÁ e os apresenta a todos os
43 presentes. Giacomini, apresenta o Item 3 da pauta, e passa a palavra ao Presidente Gustavo Malacco. Ele
44 relata que o ENCOB foi um encontro bastante rico e proveitoso, relata sobre a reeleição do Senhor Hideraldo
45
46

MINUTA

47 Buch, Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacia. Ele relata que como os Comitês não dispõem de
48 recurso financeiro, impossibilita uma participação mais ativa. Mas que através do CBH Paranaíba, foi possível,
49 realizar algumas discussões importantes para a nossa região. Os encontros dos próximos dois anos já tem local
50 definido, 2020 em Curitiba e 2021 em Manaus. E ele espera que possamos ter mais recursos financeiros
51 disponibilizados pelo IGAM, para que mais conselheiros possam participar do ENCOB. Workshop, foi tratado
52 o conceito de fusão dos comitês do estado de Minas Gerais, e na opinião dele, e um o assunto que pode ser
53 debatido, dentro dos comitês afluentes, mas não da forma como foi colocado pelo IGAM. Pois não foi algo
54 discutido em conjunto com os comitês, não foi realizada uma proposta de trabalho, verificação da viabilidade
55 desse projeto. Houve a indicação de aprovação de uma DN que caminha para justamente manter certa
56 liberdade aos comitês para definirem se querem ou não seguir esse caminho no futuro por uma fusão. Isso
57 mantém as unidades os comitês de bacia e a forma que hoje existem na lei, que é algo que foi duramente
58 conquistado. E a gente vê o resultado na prática, o quanto foi importante a descentralização, mesmo com a
59 dificuldade financeira que hoje, que nos impede de alcançar avançar a questão do recurso financeiro ao
60 comitê, que vários governos tem contingenciado, os recursos que por lei nos teríamos direito, mas esse
61 empoderamento nos possibilita ainda de nos reunirmos e discutirmos sobre conflitos e caminhar quem sabe
62 no futuro de uma real integração entre bacias que a gente espera uma CBH Paranaíba. E que teremos que ter
63 maturidade em algum momento, para discutir que alguns instrumentos devem ser discutidos de forma mais
64 integrada, entre nossas bacias, no nosso caso por exemplo com o Paraíba, mas tem que ser feito na base e
65 não de cima para baixo, como estava caminhando. Secretaria Elaine, que compareceu ao evento, concorda
66 com toda a fala do Presidente, e relata que foi bem explanado pelo mesmo. Ela sugere aos conselheiros
67 presentes, que tenham dúvidas sobre o assunto, que aproveitemos a presença do Conselheiro Robson, do
68 IGAM, neste momento, e que os municípios tenham mais voz ativa e representatividade nessas discussões.
69 Giacomini, solicita a palavra, e relata que já houve essa tentativa de fusão, gerando maiores, a proposta pra
70 nossa região, seria a união do PN1, 2 e 3 com o Paranaíba, alegando questões financeiras, administrativas.
71 Passando a responsabilidade dessa administração ao estado e privando os comitês de se auto gerir. Isso foi
72 amplamente debatido no Fórum Mineiro, e para fins administrativos o IGAM, vem trabalhando com a
73 formação de um centro de custo para administrar 2 ou 3 Comitês. Ele trata, que muito dessa individualidade
74 pode ser observada com a publicação dessa legislação recente das outorgas, que tem um capítulo especial
75 sobre a cobrança, e a obrigatoriedade de se passar pelos comitês todas as outorgas em áreas de conflito,
76 chamado de processo coletivo. Então a alocação compartilhada de água deverá ser deliberada em comitê.
77 Através disso a visibilidade de todos os seguimentos perante a sociedade e discussão do plano diretor da nossa
78 bacia, vamos avançando, nessa visibilidade. O presidente Gustavo, retorna com a sua fala, reforçando o que
79 ele disse anteriormente, que a base, os comitês devem ser fortalecidos, e engajados nas discussões dentro do
80 âmbito micro e macro regional, e incluindo todos os seguimentos e dando uma voz maior pra todos. Gustavo,
81 passa a palavra a plenária e nenhum conselheiro se manifesta. E dado andamento na pauta, ao Item 4.
82 Gustavo, relata que o cenário que existe hoje, a maior preocupação em âmbito federal do Comitê do
83 Paranaíba, e manter a renovação da delegação que aí existe, que foi feita a ele. O Conselho Nacional de
84 recursos hídricos, que tem que deliberar essa renovação, então existe um plano de sustentabilidade
85 apresentado, e o que foi acompanhado no âmbito do conselho nacional, e que não há segurança, e eles estão
86 defendendo os outros e não há viabilidade hoje para a manutenção da agencia de bacia. Então o plano foi
87 criado da seguinte forma, eles estão abordando os comitês e o conselho questiona se o recurso será delegado
88 para esta agencia. Então a proposta que o Malacco apresentou, na última reunião é aguardar para decidirmos
89 coletivamente, pela mudança da agencia atual ou até delegar para o Governo, sobre os cuidados da ANA, ou
90 a junção de dois comitês federais. Atualmente, Minas está bem avançado nessas discussões, provavelmente
91 esse ano então, esses dois comitês estaduais daqui, e tanto os 8 comitês do Grande terão o mesmo tempo de
92 aprovação. Talvez seja uma saída para a gente, não precisar esperar um pouquinho a outra agência que existe

MINUTA

93 hoje se organizar mais profissionalmente, que hoje infelizmente é uma casa muito bagunçada. Mais acertado
94 seria buscar outra opção ou aguardar. Então essa foi a mensagem que foi colocada nessas duas reuniões, e eu
95 deixo aqui, e recomendo ao comitê que a gente não aponte um caminho, se o Paranaíba perguntar, se a gente
96 quer a cobrança, sim é um assunto que está sendo discutido, pois é o caminho natural a ser tomado, inclusive
97 tem uma legislação Estadual, que diz que devemos aprovar ou será aprovado automaticamente. Mas estamos
98 de uma forma muito madura, discutindo a cobrança, agora delegação não, sugiro que seja feita de uma forma
99 muito correta. Malacco passa a palavra aos demais conselheiros, Sr. Sergio – Fonasc, questiona sobre a
100 negociação de uma forma de repasse diretamente do recurso financeiro ou ela vai passar pelo IGAM. Malacco,
101 relata que como diretoria, não podemos falar nada sobre o assunto pois não recebemos nenhum tipo de
102 recurso, mas no âmbito da pressão em relação ao fórum mineiro, houve um destravamento dentro da gestão,
103 acho que não está tudo equilibrado, mas parece que tem recebido dos comitês que tem cobrança. Mas agora
104 não se tem o que falar, quando ocorrer esse tipo de situação, eu acho que a única solução vai ser esse dinheiro
105 não passar no caixa do estado, mas aí tem que negociar na assembleia. Robson – IGAM, diz que não tem dados
106 sobre esta situação, mas, o Wagner - IGAM, que está dando assessoramento técnico ao IGAM, pode falar sobre
107 o assunto, se souber. O mesmo relata que não tem informações atualizadas e confirma o que foi dito por
108 Malacco anteriormente. E passado para o Item 5, Robson tem a palavra, GT foi instalado em maio de 2019,
109 com o prazo de 09 meses de trabalhos, nesse período já foram realizadas 7 reuniões, foram ouvidas a
110 experiência de outras bacias como do Paranaíba e Araguari, a discussão após umas reuniões ouvidas essas
111 experiências, a discussão foi centrada em uma metodologia de cobrança para o PN1 e PN3, nós estamos
112 praticamente fechado essa metodologia, como objetivo de simplificar as metodologias de cobrança atuais.
113 Wagner - assessor do IGAM, irá explicar melhor sobre o assunto. A ideia é que seja um processo mais
114 transparente, que o usuário quando tiver acesso a uma deliberação entenda de forma clara todos os cálculos
115 e informações contidas ali. Provavelmente, será realizada mais uma reunião para apresentação do relatório
116 final do GT, e do formato da agencia de cobrança. Em relação a agencia de bacía, o GT não vai definir qual
117 deverá ser instituída, somente vai orientar sobre os modelos existentes e funcionamento das mesmas. Passa
118 a palavra ao Wagner, para explanar sobre a proposta. Malacco intervém e fala, que a proposta final, será
119 apresentada ao GTAC, posteriormente a plenária, e ai será discutida amplamente nas pontas, inclusive, com
120 uso de recurso de custeio, do Paranaíba, para discussão do processo de implantação da cobrança, passando
121 por todos os municípios, para que não fique nenhuma lacuna de discussão. E depois de todas as
122 reuniões públicas, aprove ou não está proposta. E até o final do ano, tome essa decisão de aprovação e no
123 próximo ano o Conselho Estadual no início do ano que vem, delibere, já que a previsão de instalação e até
124 2022. Robson, ressalta que a fala de Malacco foi bem pontual, já que esse processo de discussão junto aos
125 usuários da bacía é fundamental, e só falando um pouco sobre o decreto, que o Estado publicou, com
126 planejamento de institucionalização da cobrança nas bacias num prazo de até dois anos, para instalação da
127 ação de cobrança, e se caso não o fizer, o Estado aprovar a nível estadual, através de uma metodologia que
128 eles institucionalizarem. Elaine, coloca que este momento é único, pois a possibilidade de discutir este assunto
129 em plenária, e todos os seguimentos acompanharem, debaterem a última fase do GT de cobrança e ver o
130 impacto local e quais são as suas dificuldades, vocacionadas mesmo, porque se isso não for realizado aqui,
131 não será feito nas cidades. Sr Otalino - SES, questiona se foi realizado um diagnóstico situacional do uso real
132 da água, dos produtores rurais. Robson, explica que existe um passo a passo junto a bacía, exemplificando
133 quem são os usuários pagantes ou não, hoje a base para cobrança são os usuários outorgados. Temos a relação
134 dos usos da bacía, as demandas, os principais problemas, direciona o uso da aplicação dos recursos, dentro
135 do Plano Diretor da bacía, onde foi realizado esse diagnostico que nos dará esse direcionamento. E esse
136 esclarecimento não deve ser realizado somente aos usuários, mas a toda a sociedade que vive em torno da
137 bacía como um todo. Serão realizados vários encontros e reuniões, de forma que se amplifique o máximo
138 possível essa comunicação. E quando instalada a agencia de cobrança, o comitê com base no plano diretor da

MINUTA

139 bacia, ele aprova o plano anual de aplicação dos recursos da cobrança. E aonde a agência vai direcionar os
140 projetos e ações que deverão ser realizadas. Giacomini, reforça o que foi anteriormente dito, sobre a aplicação
141 do sistema de cobrança, a realização de fóruns, reuniões, plenárias, para apresentação aos usuários, os valores
142 da cobrança e a forma que ela será realizada. Ele ressalta a importância de cada conselheiro presente no
143 comitê, representando um seguimento, e levando a cada um deles, as informações necessárias para
144 divulgação e esclarecimento de cada classe. A discussão realizada com a participação de municípios por
145 exemplo, poderemos agendar junto a própria AMVAP e apresentar aos prefeitos, como será o funcionamento
146 da cobrança e o papel do comitê. Sergio - Fonasc, solicita a palavra, fala sobre o decreto de cobrança, que o
147 mesmo não foi bem apreciado. Diz sobre a correção monetária, que já está inclusa no próprio decreto. E fala
148 que a Bacia do Paranaíba é única que a metodologia aplicada, e a mais próxima da realidade. Malacco, relata
149 que a unificação da metodologia de cobrança pelo PN1 e PN3, e o caminho para os comitês estaduais. Essa
150 unificação ainda, gera dúvidas sobre ela, porque pode ocorrer de todo mundo na cobrança, mas nem todos
151 estarem contemplados com agência. Então não vai adiantar nada a gente trabalhar uma única se de repente
152 a decisão, vai ser por outro caminho, em relação a agência. Sergio - Fonasc, torna a dizer sobre a preocupação
153 com custo elevado, repassado para os usuários como os produtores rurais que utiliza dois tipos de água, a
154 receber duas contas diferentes, sendo que na verdade é a mesma água. Robson, fala que a ideia é justamente
155 essa, dar transparência e simplificar esse processo. Malacco, diz que a questão tributária, pois a cobrança
156 também deve ser considerada uma questão tributária, se mais a frente Goiás passar a cobrar uma taxa
157 diferente de Minas, você começa a ter um conflito. Tudo bem que a cobrança, com exceção do saneamento e
158 da indústria, os valores podem ser altos. Mas tem que se começar a pensar nessas questões, em um futuro
159 investimento por exemplo, caminhando todos na mesma perspectiva, de institucionalizar a cobrança em todos
160 os territórios. Sergio - Fonasc, questiona sobre o cadastro na base dados os usuários outorgados e não
161 outorgados. Sr Wagner - IGAM, relata que está em fase de testes. Roberto - ARPA, fala sobre a possibilidade
162 de trazer entidades que possam falar sobre a realidade do processo de cobrança lá na ponta. Robson - IGAM,
163 disse que isso já foi realizado, CBH Paranaíba e Araguari, pra passar o ponto de vista de cada instituição, sobre
164 a cobrança sobre o uso da água. Mauricio - ACII, questiona sobre o produtor, que preserva os mananciais e
165 fontes de água, o pagamento sobre serviços ambientais prestados a sociedade. Wagner - IGAM, explica que
166 esse tipo de questionamento é sempre realizado nos GT's de cobrança, e que as bonificações sobre serviços
167 ambientais não têm nada discutido, já que está avaliando apenas a cobrança. Gustavo, diz que a uma
168 discussão no congresso nacional sobre o pagamento de serviços ambientais, ele fala que diante do cenário
169 atual, as empresas de fornecimento de água, deveriam ter taxas específicas para programas de conservação
170 de água, lógico que nas áreas de contribuição, por exemplo. Hoje não existe, as empresas consumidoras como
171 a CEMIG e COPASA, questionam as leis que incentivam esse tipo de conduta. E alguns municípios deveriam
172 começar a implementar de uma forma transparente, a taxa de água, como acontece na França até pra pessoa
173 saber que aquele recurso é destinado diretamente a compra de áreas, averbação, restrição de uso, que ai você
174 paga ao produtor rural, para a conservação daquele manancial. Isso precisa avançar, e começar a cobrar dessas
175 companhias e consequentemente, isso será cobrado do consumidor. Uberlândia, é um exemplo clássico, a
176 água daqui é uma política populista, enquanto se paga uma energia caríssima como a de Minas Gerais,
177 Uberlândia paga uma água quase que de graça para as pessoas. Não seria uma forma de penalizar as pessoas,
178 existe a tarifa social para auxiliar. Nessas horas, é importante reforçar os trabalhos do congresso nacional, que
179 é muito importante. E reforçar o que o Wagner e o Robson, falaram sobre a dificuldade da mensuração
180 agropecuária, mas as boas práticas devem permanecer, com o PSA implementado em nível nacional, facilita
181 para a gente no futuro, a identificação de oportunidades, e começar a implementar essas reduções por boas
182 práticas. Patrício - PMMG, fala que hoje há uma redução das penalidades, por parte da PMMG, em caso de
183 infração ambiental, se existe a preservação de nascentes, por exemplo. Mas que independente disso,
184 preservar é uma obrigação legal do dono daquela área. Giacomini, fala que premiar quem cumpre a lei, não

MINUTA

185 tem justificativa. Agora quem faz além do que seria obrigação, de cada um, na preservação dos mananciais,
186 seria algo mais contundente. Gustavo, complementa que a diretoria do CBH PN3, buscou junto ao Paranaíba,
187 o recurso financeiro, para custeio das atividades de discussão da cobrança junto aos usuários na base. Após
188 a finalização dos trabalhos GTAC, o relatório será encaminhado a Câmara Técnica pertinente e, quem sabe na
189 próxima gestão da diretoria, os trabalhos de divulgação poderão ser iniciados. Giacomini passa o Item 6,
190 Malacco argumenta que na verdade o calendário deveria ter sido aprovado na reunião ordinária de dezembro,
191 porem a mesma não teve quórum. A reunião deste mês foi antecipada do dia 13 para o dia 11, por deliberação
192 da diretoria. Então o que está em deliberação neste momento e a reunião de junho, setembro e dezembro.
193 Giacomini, coloca que são reuniões ordinárias, existe a possibilidade que no processo, durante o ano existe a
194 necessidade de reunião extraordinária, e acredito que vai existir sim, porque agora com essa nova atribuição
195 do comitê, de selecionar novas outorgas de processo coletivo, eventualmente pode ocorrer, aí nós teremos
196 prazos mais curtos e talvez não se encaixe nas reuniões ordinárias, ou uma ou outra, outorga de grande porte
197 também nós devemos ter uma reunião extraordinária. E se houver o interesse de acelerar o processo da
198 cobrança, aí haverá a necessidade de talvez realizar reunião extraordinária também. Gustavo, argumenta que
199 a sugestão de local em Uberlândia, com a experiência que a gente teve, com o comitê, nos últimos anos,
200 quando a gente começou a fazer reunião itinerante, o quórum baixava, inclusive de não ter quórum. Ele
201 argumenta, que hoje dentro da AMVAP, temos toda a infraestrutura necessária, mas caso haja a proposta de
202 reuniões em outra localidade, a diretoria está aberta sugestões. Giacomini, coloca o calendário em
203 deliberação, pela plenária. O mesmo foi aprovado sem ressalvas. Passada a discussão do Item 7, a aprovação
204 das deliberações 36 e 37. Malacco, informa que as mesmas, tinham data de envio ao IGAM, e foram
205 encaminhadas por ad referendum, já que impactavam diretamente na pontuação da avaliação, do comitê.
206 Sergio - FONASC, pergunta aos representantes do IGAM, se e realizada a divulgação das pontuações
207 alcançadas por cada comitê. Robson - IGAM, fala que anteriormente quando havia o repasse de recursos por
208 convenio, aos comitês, mediante a uma deliberação estadual, esses recursos eram repassados mediante a
209 avaliação do plano anterior. Hoje isso não existe mais, porem o IGAM, continua realizando esse
210 monitoramento, através da auto avaliação, e o resultado e apresentado ao comitê, em reunião ordinária. Item
211 8, Malacco diz que a partir de 1 de janeiro de 2020, ele se colocou à disposição de um projeto político, e sua
212 história sempre foi pautada pela ética, mesmo entendendo que legalmente, como base a uma recomendação
213 do TSE, que verifica que não há impedimento em descompatibilização, dentro de um projeto político, eu
214 entendo que por ética devo me afastar da presidência do comitê. Como não houve reunião, no começo do
215 ano, aguardei até esta reunião, para fazer o anuncio, deste meu afastamento, a partir de agora. Inclusive o
216 IGAM já havia sido informado por mim, no início do ano, antes do IGAM fazer uma comunicação inclusive
217 agora em semana passada, que o entendimento do IGAM, mas de que qualquer maneira, vou ler até o e-mail
218 que foi enviado, porque isso pode ser importante para alguém aqui por acaso, que também almeje um projeto
219 político esse ano, o IGAM, encaminhou um e-mail na semana passada da seguinte forma, " Tendo em vista as
220 eleições para prefeito e vice-prefeito e vereadores, que ocorreram em outubro do presente ano, o conselheiro
221 de pretende se candidatar, deverá buscar junto ao órgão eleitoral competente, TRE Minas Gerais,
222 posicionamento específico e definitivo sobre sua descompatibilização e afastamento das atividades exercidas
223 no comitê de bacia hidrográfica, conforme orientação da procuradoria do IGAM. Da ausência da referida
224 manifestação do TRE ao IGAM, incorrera a obrigação do Conselheiro candidato a se afastar da função pública,
225 pelos períodos indicados da lei complementar 64/1990 artigo 1º inciso 4 e 7, atenciosamente." Então, eu
226 gostaria que tudo isso aqui que a gente está falando, esse item na íntegra, por que eu estou comunicando o
227 meu afastamento, até para que se houver qualquer questionamento, isto conste. Malacco, faz seus
228 agradecimentos a todos do comitê, pelo período que esteve à frente da diretoria. E informa que caso tenha
229 sucesso no seu pleito político, não retornara as suas funções como conselheiro, e se não o tiver, retornara
230 ainda na função de conselheiro. Sendo assim, Antônio Giacomini, assumirá as funções do presidente,

MINUTA

231 conforme está no Regimento Interno, porque eu estou colocando aqui e o meu afastamento, e não o meu
232 desligamento, então o Regimento garante que o vice-presidente, passe a assumir as funções do presidente
233 até o final desse mandato que e em junho. E questionado, por qual é o prazo, do afastamento. Malacco,
234 informa que é de seis meses, a partir de 03 de abril do corrente ano. Item 9, a apresentação orienta de acordo
235 com a DN CERH nº 52/2016, sobre a composição das chapas, informa que são somente os titulares que podem
236 pleitear aos cargos. A comissão eleitoral, deverá definir prazos, forma de inscrição e a forma de apresentação
237 do plano para a melhoria da bacía, para as chapas que vierem a se inscrever etc. Devesse definir a também a
238 data da reunião, anterior ao dia 30/06/2020. Palavra e passada ao Sr Sergio - FONASC, que fala sobre uma
239 recomendação do IGAM, que esta comissão deve ser formada com 90 dias a partir de hoje, para que cumpra
240 com a solicitação do IGAM. Diante do que foi colocado, verificou se qual a data seria mais oportuna, para
241 realização da eleição da nova diretoria. Se fazendo necessária a mudança do calendário de reuniões ordinárias,
242 do comitê, na reunião do mês de junho. Fica assim, decidido pela plenária, com unanimidade a realização da
243 Reunião Ordinária, no dia 09 de junho de 2020. Giacomini, relata que o cronograma de trabalho da comissão
244 eleitoral, nestes 90 dias, tem que estabelecer que as chapas, se apresentem e disponibilizem os planos de
245 trabalho, para dar publicidade, dentro destes 90 dias. Giacomini, faz um questionamento ao Robson - IGAM,
246 argumenta que nas eleições passada, houve a votação e o estado, que realiza a nomeação dessa nova
247 diretoria, e que houve uma confusão relacionada a demora nessa publicação. Robson informa que isso não
248 aconteceu novamente, pois, o que ocorreu foi que todos os conselheiros tomaram posse, e existe todo um
249 prazo regimental e administrativos, sobre esse tipo de situação. E que neste caso, a posse da nova diretoria
250 não requer, esse tipo de conduta. Temos que ter essa comissão eleitoral, ela deve ser composta por um
251 representante de cada seguimento ou pelo menos, três seguimentos. Sergio - FONASC, questiona sobre o
252 rodizio da representatividade, da diretoria dos comitês. Giacomini, fala que deverá ser discutido a formação
253 da comissão eleitoral e posteriormente, eles retornaram ao questionamento do Sr Sergio - FONASC, pois o
254 regimento que trata deste item. E informado, que o conselheiro que fizer parte da comissão eleitoral, não
255 poderá ser candidato. Giacomini abre espaço aos conselheiros presentes por seguimento, a conversarem e
256 indicarem os seus representantes na comissão eleitoral. Leila - AMEDI, se apresenta como representante da
257 Sociedade Civil. Giacomini, solicita a manifestação dos colegas da sociedade civil, com o nome da Sra. Leila.
258 Aprovada com unanimidade a indicação da Sociedade Civil, da Sra. Leila, como representante da sociedade
259 civil, na comissão eleitoral. Robson - IGAM, esclarece sobre as atividades executadas pela comissão eleitoral.
260 Que será a elaboração de critérios simples, como prazos, forma de inscrição e a forma de apresentação do
261 plano de trabalho da chapa, para as que vierem a se inscrever. Sra. Maria Clara - Prefeitura de Uberlândia, se
262 apresenta como representante do Poder Público Municipal. Giacomini, solicita a manifestação dos colegas do
263 seguimento do Poder Público Municipal, com o nome da Sra. Maria Clara. Aprovada com unanimidade a
264 indicação do seguimento Poder Público Municipal, da Sra. Maria Clara, como representante do seguimento,
265 na comissão eleitoral. E questionada a participação do IGAM, na comissão eleitoral, e Sr Robson - IGAM,
266 informa que o IGAM, não fara parte dessas comissões. Há comoção de todos ali presentes, e Malacco,
267 esclarece que não há necessidade de reunião presencial, as mesmas poderão ser realizadas por vídeo
268 conferencia, visto que a conselheiros que não residem em Uberlândia. Sr. Mauricio - ACII, se apresenta como
269 representante dos Usuários de Recursos Hídricos. Giacomini, solicita a manifestação dos colegas do
270 seguimento dos Usuários de Recursos Hídricos, ao nome da Sr. Mauricio. Aprovado com unanimidade a
271 indicação do seguimento dos Usuários de Recursos Hídricos, do Sr Mauricio, como representante do
272 seguimento, na comissão eleitoral. Giacomini, da andamento a reunião, e presta esclarecimento sobre a
273 diretoria, e faz a leitura do Regimento Interno sobre a constituição da diretoria do comitê, "Art. 25 A Diretoria
274 será constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário e um secretário adjunto, eleitos pela
275 plenária, dentre os membros titulares do Comitê, após a publicação do ato governamental de nomeação dos
276 membros do Comitê. §1º Os mandatos dos membros da Diretoria serão de 02 (dois) anos, podendo cada um

MINUTA

277 de seus membros ser reeleito uma única vez consecutiva na mesma função. §2º Os cargos da diretoria deverão
278 ser compostos por no mínimo três segmentos dentre o Poder Público Estadual, Poder Público Municipal,
279 Sociedade Civil e Usuários. §3º O preenchimento dos cargos da Diretoria do Comitê deverá observar, a cada
280 mandato, a alternância de representantes dos segmentos a que se refere o parágrafo anterior. §4º Os cargos
281 da diretoria pertencem à plenária e não às instituições. §5º Os interessados em compor a Diretoria do Comitê
282 deverão articular-se em chapas, que conterão a indicação dos nomes aos cargos de presidente, vice-
283 presidente, secretário e secretário adjunto, vedada a participação de um mesmo candidato em chapas
284 distintas. §6º As chapas referidas no parágrafo anterior, acompanhadas do Plano de Trabalho com propostas
285 voltadas para a melhoria da Bacia e fortalecimento do Comitê, deverão ser apresentadas e protocoladas junto
286 à secretaria do Comitê até 10 (dez) dias antecedentes à data estabelecida para o processo eleitoral. §7º As
287 votações serão abertas e nominais. §8º Será eleita e imediatamente empossada pela Plenária a chapa que
288 obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos. §9º Em caso de empate, será empossada a
289 chapa do candidato à presidência que estiver a mais tempo no exercício das funções de conselheiro do Comitê;
290 permanecendo o empate, será eleita a chapa do candidato à presidência que for mais idoso. §10 Na hipótese
291 de substituição de algum dos membros da diretoria pela entidade representada, deverá ocorrer nova eleição
292 para o cargo em que se deu a vacância. Art. 26 Qualquer membro da diretoria poderá ser destituído, por
293 decisão motivada, de 2/3 dos membros do Comitê, em reunião extraordinária especialmente convocada para
294 este fim, assegurada a ampla defesa e o contraditório.” Todo artigo 25, que fala da eleição da diretoria. Sergio
295 - FONASC, questiona se a reeleição e do conselheiro ou do seguimento. Robson - IGAM, fala que deve ser
296 realizado o revezamento do seguimento, durante as eleições da diretoria. Mas a reeleição e permitida, neste
297 caso não há necessidade de se realizar o rodizio. Como o Sr Giacomini, assume o cargo de Presidente, a
298 recondução dentro do seguimento foi realizada, e a sua reeleição e permitida. Sr. Ademar - EMATER, se
299 apresenta como representante do Poder Público Estadual. Giacomini, solicita a manifestação dos colegas do
300 seguimento do Poder Público Estadual, ao nome da Sr. Ademar. Aprovado com unanimidade a indicação do
301 seguimento Poder Público Estadual, do Sr Ademar, como representante do seguimento, na comissão eleitoral.
302 Giacomini, orienta aos conselheiros que se articulem, dentro de seus seguimentos, e posteriormente com os
303 demais seguimentos, para apresentação de chapas a eleição da nova diretoria gestão 2020-202, até 10 dias
304 antes do dia 09 de junho que será a eleição. E informa a comissão eleitoral, instaurada, que a secretaria do
305 comitê, está a disposição para auxilia-los no que for possível. Item 10, Robson - IGAM, repassa algumas
306 informações advindas do IGAM, que foram questionadas na reunião. Ele informa que a eleição não precisa ser
307 realizada em uma reunião especifica, para este fim. Ela pode ser um ponto de pauta em uma reunião ordinária.
308 Malacco, presta seus agradecimentos a Claudia, auxiliar administrativa do comitê, a todo seu trabalho e
309 competência, auxiliando o comitê. Sr Mauricio - Prefeitura Municipal de Santa Vitoria, comunica que o foi
310 aprovado o Fundo Municipal do Meio Ambiente e será implantado o Plano municipal de águas. Eles realizaram
311 um evento, com data a confirmar, onde a ANA comparecera, e convidam a todos os conselheiros para
312 participar nesse encontro tão importante e significativo, pro município de Santa Vitoria. Leila - AMEDI, informa
313 sobre a sua participação em um evento, em Brasília na ANA, onde ela representou o CBH PN3. Ademar -
314 EMATER, entrega o convite da FEMEC, e passa maiores informações sobre o evento. E sugere a participação
315 do comitê no ano de 2021, como uma possibilidade de divulgar ao público alvo da EMATER, os produtores
316 rurais, sobre a cobrança do uso da água. Giacomini, fala que com antecedência o comitê, pode elaborar alguma
317 proposta de palestra para este público. Giacomini, informa que será encaminhado o balanço das presenças e
318 ausências, e a lista de contatos dos conselheiros, já que foi constatado que muitos titulares não sabem quem
319 são seus respectivos suplentes. Ele presta agradecimentos em nome do comitê, ao trabalho realizado pelo
320 Gustavo Malacco, mesmo por toda instabilidade dentro da gestão estadual o que impossibilitou a
321 concretização de várias atividades e propostas que seriam desenvolvidas. Presidente em exercício Giacomini,
322 agradeceu a todos pela presença. Desejou um bom retorno a todos presentes. Uberlândia, 11 de março de

MINUTA

323 2020. Seguem abaixo as assinaturas do Presidente em exercício Antônio Giacomini Ribeiro e Elaine Aparecida
324 de Oliveira.

325 

326 Antônio Giacomini Ribeiro

327 Presidente em exercício do CBHPN3



Elaine Aparecida de Oliveira.

Secretaria Executiva